

Líderes lutam para unir as correntes no PMDB

ESTADO DE SÃO PAULO

anc p-4

31 JUL 1987

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

"Centro Democrático e Unidade Progressista, tudo isso é besteira." A frase do deputado Milton Reis, secretário-geral do PMDB, ilustra bem o esforço da cúpula peemedebista em reunir numa só as diversas correntes do partido. Mas ontem, num momento em que o líder na Constituinte, senador Mário Covas, tentou reaproximar-se do presidente Ulysses Guimarães, o seu grupo — exatamente o Movimento de Unidade Progressista menosprezado por Milton Reis — fez pé firme em reunião com o próprio Ulysses e exigiu que o partido cumpra o que se decidiu na convenção nacional extraordinária. O desejo das bases deve ser cumprido, adverte a nota oficial do MUP divulgada logo após o encontro — e entre esses desejos está o de não voltar a negociar com o FMI, contrariando, assim, a decisão do governo.

A anfitriã da reunião, Rose de Freitas (ES), que reuniu 27 parlamentares com o multipresidente Ulysses, viu-se obrigada a desmentir um conflito de interesses entre as duas partes: "Não houve nada de rompimento porque ele (Ulysses) não apenas se dispõe a cumprir as diretrizes da convenção como a lutar por avanços na Constituição". Rose desmentiu também as versões de que Ulysses ouvira os integrantes do grupo sem dizer palavra. Depois, teria alegado um compromisso e se retirado. "Não houve nada disso. Nós falamos; ele falou, e nós voltamos a falar. Ele admitiu a necessidade de rever algumas medidas do governo, entre as quais a política salarial."

Os xiftas já acham suficiente o que o governo, com o Plano Bresser,

fez para o FMI, com o rebaixamento dos salários, a manutenção dos juros reais em níveis muito elevados, os cortes nos gastos públicos e nos investimentos das empresas estatais e as sucessivas desvalorizações cambiais. Por esses indícios os integrantes do MUP reclamam "a rejeição de acordos com o FMI" e reafirmam "a crença de que a transição democrática somente será assegurada por uma política econômica autônoma" legitimada pela maioria da sociedade.

O PRESIDENTE, NEUTRO

As divisões no PMDB são ou ideológicas ou provocadas pela duração do mandato do presidente Sarney. No grupo que defende os cinco anos se encontram Ulysses Guimarães, o líder Luiz Henrique e a maioria dos governadores eleitos pela legenda — exceção de Fernando Collor de Melo, de Alagoas; do outro lado, partidários dos quatro anos, os líderes de Mário Covas.

Ainda que tenha certa responsabilidade nessa divisão, Sarney prefere manter neutralidade. "Vou procurar manter-me equidistante das diversas correntes que surgem no plenário da Constituinte, porque o governo não pode formar bloco nenhum." A frase do presidente da República foi reproduzida ontem por Mendes Ribeiro (PMDB-RS), que esteve com ele discutindo "os problemas políticos" do País. Sarney se disse disposto a aceitar o que a Constituinte decidir sobre os seu mandato, o qual em momento algum tentou negociar por qualquer promessa, segundo garantiu ao deputado gaúcho.

Mendes Ribeiro faz parte do Centro Democrático, grupo peemedebista integrado também por Expedito

Machado. Mas o parlamentar do Rio Grande do Sul não sabe se a idéia que defendeu perante Sarney — convocar eleições gerais logo depois de promulgada a nova Constituição — é compartilhada pelo grupo.

PROTESTOS

A divisão do PMDB levou-o também à indefinição em alguns aspectos, notaram ontem, em plenário, os deputados José Genoíno (PT), Aldo Arantes (PC do B) e Antônio Perosa (do próprio PMDB). Eles criticaram o comportamento dúbio do partido majoritário diante da possibilidade de o governo brasileiro tornar oficial a ida ao FMI. Em nome da liderança, Perosa declarou que seu partido "não permitirá" que isso aconteça.

Pelo PT, Genoíno destacou que os compromissos mais recentes do PMDB são os de não recorrer ao FMI, lembrando que essa posição foi firmada na convenção nacional peemedebista, em documento lido pelo ministro Celso Furtado. Pelo PC do B, Aldo Arantes afirmou que, se o Brasil recorrer ao Fundo Monetário, abrirá mão da soberania nacional e sofrerá recessão profunda.

O deputado Amaury Müller, falando pela liderança do PDT, entrou no debate para acusar o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, de ser "o ministro do capital", pois é dele a afirmação de que não há desemprego no Brasil, "quando só no Rio Grande do Sul (Estado do deputado) o desemprego no comércio varejista alcançou 300 mil pessoas". De Pazzianotto, acrescentou Müller, "não se ouviu uma palavra em defesa da jornada de 40 horas, da estabilidade no emprego, de salários justos".



Mendes Ribeiro



Ulysses Guimarães



Carlos Sant'Anna